

TRABALHADORES TEMPORÁRIOS, TRABALHADORES O TEMPO TODO

O deslocamento para a safra de café na região do Cerrado Mineiro

*Maria Andréa Angelotti Carmo **

A PRODUÇÃO DO CAFÉ E A MÃO-DE-OBRA EMPREGADA: ALGUNS APONTAMENTOS

A região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, desde o final da década de 1970, passou por um processo de reorganização e utilização da terra em que se destaca, a partir de então, a produção do café. Esta produção foi possível graças aos programas de desenvolvimento do cerrado implantados na área de fronteira agrícola no final da década de 1970 e início de 1980, como os programas PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa de Cooperação Nippo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado), cujas estratégias eram de tornar a região uma área produtora.

A lavoura de café nesta região, desde o seu início, conta com alto grau de mecanização – possível pelas características climáticas e físicas da região de planície –, assim como com grande utilização de defensivos e outros produtos que colaboram para o aumento da produção e para a redução da mão-de-obra, como é o caso de máquinas e produtos como aqueles utilizados na capina química e implementos agrícolas que realizam atividades antes destinadas aos trabalhadores rurais bóias-frias recrutados nas cidades da região.

A região do Triângulo e do Alto Paranaíba é conhecida como região do cerrado, para onde na década de 1990 se voltaram as principais premiações de qualidade do café expresso, num concurso concebido pela Illy Caffé, empresa italiana com sede em Trieste, que desenvolveu o prêmio como uma forma de destacar a qualidade do café por ela adquirido e que, durante toda a década de 1990, as principais

premiações no Brasil foram concedidas a produtores da região do cerrado. Com este dado, destaca-se nesta mesma década o aumento do número de trabalhadores oriundos de outras regiões do país para o trabalho de colheita, assim como um crescente discurso da mecanização da colheita utilizando máquinas que realizavam o trabalho de 150 (cento e cinquenta) trabalhadores em um só dia. Como explicar, nesse contexto, o crescente recrutamento dos trabalhadores temporários no período da safra?

Ao buscar compreender esta questão, observou-se que a utilização da mão-de-obra temporária constituía-se em uma marca da região produtora de café pesquisada, a princípio para atividades bem marcadas como o plantio do café, atividades de capina e de pré-colheita como a “ruação”¹, e ainda a própria colheita. Contudo, até meados da década de 1990, os trabalhadores recrutados eram, em sua grande maioria, os trabalhadores

volantes, também chamados bóias-frias, das cidades da região. Estes trabalhadores compõem o cenário rural brasileiro desde a década de 1960 com a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 que impeliu muitos proprietários a dispensarem as famílias de trabalhadores fixas no campo para não arcar com os custos da regulamentação das relações trabalhistas (Rezende, 1982; Garcia & Palmério, 2001). Esta população acabou indo para as cidades, onde, na maioria dos casos, morando nas periferias, sem a chamada “qualificação” para grande parte das atividades do meio urbano, se empregava em atividades da construção civil, serviços domésticos, entre outras que, muitas vezes, eram temporárias e, portanto, acabavam retornando para o trabalho no campo, como trabalhador volante.

Na região pesquisada observa-se que estes trabalhadores volantes são, em grande parte, oriundos do campo, conheceram as mais diferentes relações de trabalho que até a década de 1980 eram bastante comuns na região, como a parceria, a meia, a renda, entre outras, além de pequenos produtores que, devido às transformações nas formas de acesso à terra, às modificações nas concepções e formas de produção, conforme se mencionou anteriormente, também deixaram o campo em direção às cidades (Carmo, 2006). Nas cidades da região, contudo, estes trabalhadores não tiveram acesso a um trabalho “estável”, assim como não conseguiram uma série de serviços públicos e outros direitos pensados e buscados como específicos do meio urbano entre as décadas de 1960 e 1980, no conhecido processo de êxodo rural que marcou a sociedade brasileira.

MOVIMENTOS DE DESLOCAMENTO TEMPORÁRIO

No contexto da produção cafeeira na região do cerrado, a atividade de colheita é aquela em que a mecanização, embora crescente, ainda não conseguiu diminuir o número de trabalhadores recrutados. Desde o início da década de 1990, começou a empregar, além dos trabalhadores das pequenas cidades da região, também um grande número de trabalhadores de outras regiões do país como dos estados do Paraná, do Ceará e da Bahia, principalmente.

Esses trabalhadores, para realizar o trabalho temporário da safra, deixam suas famílias em sua região de origem e procuram na atividade sazonal uma complementação de sua renda, entre outras possibilidades. Assim, permanecem na região produtora de café entre dois e cinco meses, normalmente entre os meses de maio e setembro, variando de acordo com o ciclo produtivo do cafeeiro, podendo ser maior em um ano e menor no ano seguinte. Sobre estes grupos de trabalhadores que se deslocam de uma região para a outra do país, há estudos em diferentes áreas do conhecimento que contribuem para pensar suas especificidades. Nesse sentido, Bassani (1999, p.29) argumenta que o trabalhador assalariado rural temporário

“em muitas épocas do ano, parte em busca de trabalho, sujeita-se a viajar para municípios, estados e regiões distantes, permanecendo lá por alguns meses, vivendo em condições precárias e recebendo baixos ganhos, geralmente próximos ao salário mínimo. Nessa condição, a família continua morando no local onde possui sua habitação,

normalmente um pequeno barraco, sem nenhum conforto, apenas com o pouco dinheiro que consegue enviar”.

Parte dos estudos que tratam estas experiências de trabalho sazonal² em outra região partem do princípio de que há um fator de expulsão na região de origem que impele esses sujeitos a buscarem outras formas de renda. Ainda nesse aspecto, parte-se da premissa de que são famílias empobrecidas e vivem o outro período do ano com os poucos recursos que conseguem em atividades também temporárias na própria região. Estas condições podem ser repensadas e analisadas a partir de dados que se pretende apresentar aqui.

O deslocamento e o trabalho temporário na lavoura de café se tornou uma quase rotina para alguns grupos de habitantes do Município de Monte Santo e região no estado da Bahia, principalmente para habitantes de alguns pequenos povoados e área rural, como o Povoado de Horizonte Novo, da Pedra Vermelha, da Boa Vista, do Sítio do Geraldo, do Mundo Novo, entre outros. São, normalmente, homens: adolescentes, jovens, casados, solteiros e, mais recentemente, algumas mulheres que acompanham seus maridos no trabalho na lavoura ou realizam atividades domésticas para grupos de trabalhadores como lavar roupas, cozinhar, entre outras atividades na região do café.

Estes grupos se deslocam anualmente, desde o início da década de 1990, para o trabalho nas lavouras de café, deixando suas casas, famílias, seus pertences, pequenas propriedades de terras, animais ou outros bens sob os cuidados da mulher, dos pais ou de um parente próximo, que se encarrega de zelar ou mesmo de realizar algumas tarefas agrícolas como a colheita do

feijão, que se dá no mês de julho e é realizada, na grande maioria dos casos, pelas mulheres. Por que esses trabalhadores realizam tal intento, deixando para trás o conforto de estar entre os seus, enfrentando as mais variadas dificuldades na região receptora?

“TEM QUE GANHAR MAIS UM POUCO”

Uma das possíveis respostas a esta questão seria em parte a busca de uma fonte de renda maior. Para os produtores de café, assim como para os trabalhadores volantes (bóias-frias) da região, os trabalhadores que se deslocam para o trabalho temporário na região o fazem por não possuírem empregos, por terem uma renda mínima e poucos ganhos em seu lugar de origem, oferecendo uma concorrência pelos postos de trabalho aos trabalhadores locais, conforme mencionou Francisco, um trabalhador volante da cidade de Araguari.

Então, como na Bahia, eu já conversei com vários baianos, lá tem vez que eles não ganha nem quatro, cinco reais por dia lá. Então, numa parte os fazendeiro aproveita, porque lá não tem emprego, não tem serviço também. Então aqui, nada, nada, eles ganhando oito reais por dia, às vezes livre, eles ficam aqui três, quatro meses, eles vão levar um dinheiro bom, porque lá às vezes não ganha nem isso. (Entrevista de fevereiro de 2000)

Entre os elementos presentes neste trecho da entrevista observa-se que há a compreensão de que a falta de emprego e de um rendimento fixo é tido como a mola propulsora para o deslocamento destes grupos de trabalhadores, e também como uma forma de exploração pelos fazendeiros

do café, pois de algum modo, podem utilizar este fator (da falta de emprego) para recrutar essa mão-de-obra a valores muito aquém do que se pagaria a trabalhadores locais. Estes elementos aparecem não só em narrativas e depoimentos de trabalhadores volantes locais, como também são percebidos pelos trabalhadores temporários na região.

Contudo ao procurar conhecer estes grupos de trabalhadores que se deslocam, ao questionar sobre o porquê de suas viagens, de sua opção, entre outros entrevistados, o trabalhador Eugênio deu a seguinte resposta:

Na realidade todo mundo precisa de trabalhar, né? Lá o pessoal trabalha também, tem os negócios, cada um tem o seu compromisso, né? Mas acontece que o pessoal já tem as roças aqui, as fazendas tudo certa aí, aí resolve vim. Lá todo mundo tem sua profissão, uns trabalha na roça ou trabalha em outra coisa, cada um faz ..., porque ninguém vai viver no mundo sem fazer nada, né? Tem que fazer alguma coisa. (Entrevista realizada na lavoura de café em agosto de 2005)

Observa-se que são trabalhadores, grande parte pequenos produtores, muitos deles residentes nos povoados, ou ainda, habitantes dos povoados que durante outros períodos do ano se empregam em atividades rurais, realizam pequenos “bicos”, prestam algum tipo de serviço como “moto-taxista”, fazem a animação de pequenas festas e bailes da zona rural e dos povoados com suas bandas de forró, entre outras atividades e, no período em que se inicia a colheita de café na região do Cerrado Mineiro fazem a opção pelo trabalho temporário na safra de café e pela viagem de cerca de 1900 (mil e novecentos) quilômetros.

Entre estes trabalhadores encontram-se os mais diferentes objetivos para o investimento da viagem. Não aparecem entre eles, narrativas que remetam à falta de emprego como força propulsora para a viagem. Aparece sim, uma série de conquistas que parecem acontecer de forma mais rápida, pois o dinheiro que se ganha com o duro trabalho na colheita de café, é todo ele investido em bens e outras aquisições em sua região de origem. Parece ocorrer uma avaliação entre a possibilidade de ficar na Bahia e a possibilidade de permanecer um período em Minas da seguinte forma: as condições a que se submetem na lavoura de café é de uma longa jornada de trabalho diária que é intercalada apenas com o dia do domingo para descanso ou às vezes apenas parte dele. Estes trabalhadores acabam ficando restritos apenas à questão e ao ambiente de trabalho, não se envolvendo em festas e diversões ou idas às cidades para realizar compras e gastar o que ganharam. Isso parece deixá-los “isolados” em seus objetivos de ganhar e acumular algum dinheiro para o retorno. Nesse sentido Eugênio ofereceu o seguinte argumento:

É porque tem que ganhar mais um pouco, né? E acontece que a gente fica aqui num lugar desse parado, não sai pra lugar nenhum, vai juntando mais um pouco, porque na realidade tem gente que ganha às vezes até mais, eu mesmo já teve tempo de ganhar mais dinheiro que aqui por mês, já. Mas acontece que eu gasto mais porque eu moro lá. Se eu morasse aqui eu também não ganhava o que eu ganho não. Porque ninguém ia trabalhar até seis dias na semana. Por isso que ajunta mais um pouco, mas se fosse lá na nossa região, oh! Porque lá

não fica final de semana, às vezes quer sair pra um lugar pra outro, né? E aqui não, é mais fácil de juntar. (Entrevista realizada na lavoura de café em agosto de 2005)

A observação do entrevistado parece bastante pertinente quando ele aponta o fato de que se morasse na região de trabalho no café, talvez também não acumulasse algum dinheiro, pois teria outras necessidades. O período em que se encontra no trabalho do café parece ser um período de privação, no qual o trabalhador está determinado a renunciar a algumas coisas, deixar de fazer o que considera como valor, com o objetivo de acumular algum dinheiro e retornar para casa e lá, realizar outros objetivos.

Outros entrevistados argumentam que o trabalho na lavoura de café é o momento em que se tem a possibilidade de conseguir uma renda extra que permite, além da manutenção da família, a aquisição de alguns bens como terras, casas, animais, motos, carros ou produtos incorporados ao seu cotidiano como aparelhos de som, aparelhos de televisão, energia solar para residências rurais, entre outros. O objetivo de uma melhor condição de manutenção da vida está sempre presente, o que não significa que estes trabalhadores sejam totalmente desprovidos de renda ou de trabalho, ao contrário, observou-se que em seu local de origem estão sempre realizando as mais diferentes atividades e o trabalho temporário no café permite um “complemento” de sua renda às custas do duro trabalho na lavoura.

Este movimento de idas e vindas é bastante marcante não somente para estes trabalhadores como também para seus familiares e entes queridos que estão diretamente envolvidos nesse deslocamento. Muitas vezes, no momento da viagem não há recursos

suficientes para se pagar a passagem e o dinheiro é tomado de empréstimo com algum comerciante da região que acaba cobrando altos juros pelo seu serviço. Os primeiros pagamentos recebidos do trabalho na lavoura são enviados para as famílias pagarem primeiramente o empréstimo a fim de evitar o aumento dos juros.

Nesse contexto, anualmente, as famílias se preparam para o momento da partida assim como se preparam para o retorno (Estrela, 2003). A partida é envolvida de expectativas, de torcidas e de desejos para que o trabalho seja bom e se consiga ao final retornar bem e com algum dinheiro que será despendido nos objetivos da família. O retorno é momento bastante marcante para os trabalhadores, mas também para a população do povoado e região que comenta o retorno dos grupos antes mesmo da saída de Minas. Ao chegarem, os trabalhadores trazem nos corpos a expressão do duro trabalho, rosto queimado pelo sol e abatido pelo cansaço da viagem somado ao do trabalho. Devido às condições a que se submeteram, ao tipo de alimentação consumida, ao esforço da intensa e extensa jornada de trabalho entre outros elementos, aparentam também uma certa fragilidade física. Muitos estampam no rosto o sucesso de sua empreitada, outros nem tanto. É um momento dos reencontros, das histórias sobre a experiência vivida, das histórias da viagem, das comparações entre este período de trabalho no café e o anterior e também de perspectivas para o próximo.

ENFRENTAMENTOS

Os enfrentamentos destes grupos de trabalhadores na região receptora são vários e estão presentes nas

relações de trabalho, nas relações internas dos grupos de trabalhadores, nas condições de alojamento e alimentação, assim como nas relações com os moradores locais. Não raro se observa que estes trabalhadores são empregados sem as formalidades do contrato de trabalho, sem registro na carteira de trabalho, portanto sem uma série de direitos trabalhistas como recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o décimo terceiro salário, o direito a pagamento das férias e outros. Como forma de “compensar”, os fazendeiros fazem alguns acordos com os trabalhadores oferecendo pelo trabalho um valor pouco maior que aquele pago a trabalhadores da região ou pagam parte da passagem dos trabalhadores ao final dos trabalhos, entre outros acordos.

Esta mão-de-obra temporária na região é tida entre os fazendeiros como uma forma de barateamento dos custos da produção em detrimento dos trabalhadores volantes locais, uma vez que estes últimos ao se organizarem e reivindicarem os direitos trabalhistas básicos foram, em parte, preteridos pelos trabalhadores temporários. Nesse sentido, um trecho da entrevista com um presidente de Cooperativa dos Cafeicultores da cidade de Carmo do Paranaíba revela:

A questão do migrante começou pela necessidade de mão-de-obra que a cidade não conseguia suprir, né? Ai eles vinham. Como era mão-de-obra mais fácil de lidar, com menos exigência, eles estavam mais dispostos a trabalhar. Porque pessoal que vinha de longe, então, estava ali com aquele objetivo de trabalhar mesmo e não, às vezes, como... Mesmo a gente respeitando tudo, em algum...tem esse cuidado, é uma região bastante fiscalizada

pelo Ministério e tudo. Então mesmo a gente seguindo todas as normas, ainda tinha problema. O cara, como o cara estava amparado na lei ele começava a criar situações para ser demitido; vários problemas assim, é problema de greve. Então essa questão do migrante ajudou nesse ponto. Até então, sem os migrantes a gente não consegue fazer a colheita. (Entrevista realizada em março de 2007)

Pode-se observar que o trabalhador chamado “migrante” é tido como uma possibilidade de minorar os problemas de processos e ações trabalhistas impetrados pelos trabalhadores volantes locais, uma vez que os “migrantes” parecem ser “mais dispostos a trabalhar e são mais fáceis de lidar, apresentam menos exigência”. Este olhar sobre o trabalhador temporário na região o torna alvo de sérias críticas por parte dos trabalhadores volantes locais, conforme se observou em uma série de entrevistas com estes trabalhadores e também em documentos e publicações sobre a região, onde se destaca o caráter da competitividade e da concorrência aos postos de trabalho.

Uma questão a se pensar sobre a presença dos trabalhadores temporários na região é a condição em que permanecem instalados nas fazendas da região. Parece haver a compreensão de que por permanecerem ali por um curto período de tempo, pode-se viver sob diversos tipos de privações e de improvisos. Em geral, estes trabalhadores permanecem alojados nas fazendas onde estão trabalhando e, salvo algumas exceções, os alojamentos são grandes barracões nos quais são guardados implementos e máquinas agrícolas além de outros

instrumentos de trabalho. Portanto, o dormitório que é dividido pelos trabalhadores não é um local apropriado para tal. Muitas vezes, os banheiros também são improvisados, assim como o local para se cozinhar, lavar a louça ou a roupa. Em alguns casos os trabalhadores dividem casas que não são utilizadas nas propriedades como local de moradia temporária, assim, todo o grupo acaba dividindo o mesmo espaço o que nem sempre é muito fácil, havendo uma série de relatos de conflitos e mesmo de uma organização e revezamento quanto às tarefas de cozinhar, lavar a louça, fazer a faxina do banheiro e a limpeza do alojamento.

Esta condição temporária acaba se tornando cíclica uma vez que na safra seguinte os grupos são novamente formados, com poucas alterações quanto à sua formação principal e se alojam, na grande maioria dos casos, nas mesmas fazendas onde já trabalharam mesmo não havendo melhorias nas condições de instalação e alojamento e, muitas vezes, mesmo sem ter ganho um valor considerado suficiente na safra anterior. O que se tem observado é, na grande maioria dos casos, mesmo diante da precariedade, da insatisfação diante da condição vivida temporariamente, o contínuo retorno para o trabalho na safra de café, pois se alega que este é um período curto, em que o único objetivo é trabalhar, ganhar algum dinheiro e retornar à sua região de origem para dar continuidade às atividades lá desempenhadas. Portanto, embora sejam temporários nas lavouras de café, constituem-se trabalhadores o tempo todo, estão sempre desenvolvendo as mais variadas atividades em sua região.

* **Maria Andréa Angelotti Carmo é Prof. de História da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia/MG, Mestre e doutoranda em História Social pela PUC/SP.**

NOTAS

1 - Esta é a atividade de limpar, tirar folhas e aplinar a área em baixo do cafeeiro a fim de possibilitar o melhor rendimento e maior facilidade no momento de colher e também no de rastelar os grãos caídos no chão. Esta atividade, assim como a capina, não são mais realizadas por estes trabalhadores, mas por máquinas e produtos químicos.

2 - Pode-se compreender o trabalho sazonal na agricultura como sendo aquele realizado em momentos específicos, principalmente nas safras, podendo-se citar o corte da cana, a colheita da laranja, do algodão, do amendoim, do café, entre outras, onde se emprega uma mão-de-obra que, geralmente, está localizada em outras áreas e/ou em outras atividades nos demais períodos do ano.

REFERÊNCIAS

- BASSANI, Paulo
(1999) *Núcleos de assalariados rurais temporários: lugar de resistência e descoberta*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC.
- CARMO, Maria Andréa Angelotti
(2006) *Lavradores de Sonhos: Saberes e (Des)Caminhos de Trabalhadores Volantes, 1980-2000*. São Paulo: Educ.
- ESTRELA, Ely Souza
(2003) *Os Sampauleiros: cotidiano e representações*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP/Fapesp: Educ.
- GARCIA, Afrânio & PALMÉRIO, Moacir
(2001) “Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro”. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Sérgio Paulo (Orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REZENDE, Nilza Perez de
(1982) *Obrigações trabalhistas do empregador rural: previdência social rural*. São Paulo: LTr.